

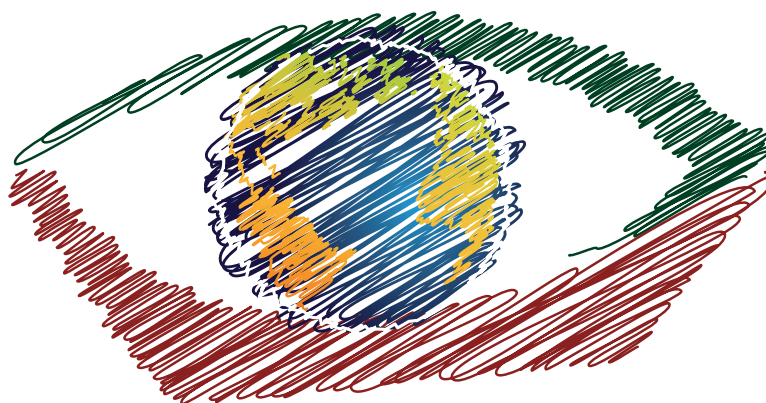
OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de pesquisa dos estudos de segurança

Ana Paula Brandão
Universidade do Minho

Palavras chave: Estudos de Segurança, Teorias de Segurança, agenda de investigação

O fim da Guerra Fria estimulou o debate sobre segurança (enquanto conceito, disciplina e como política). Embora se tenha começado por debater a natureza da(s) ameaça(s), o debate rapidamente evoluiu em direcção ao(s) objecto(s) de referência e ao(s) provedor(es) da segurança. A atitude realista prevaleceu durante a Guerra Fria: o Estado era o objecto de referência e o provedor de segurança contra as ameaças militares do estado de origem e com uma meta de estado. O ambiente de segurança complexo e difuso dos anos noventa caracterizado por ameaças multidimensionais e agentes não governamentais, não só enquanto fontes de ameaças como também como provedores de segurança, desafiaram o monopólio do paradigma centrado no Estado. Vinte anos mais tarde, o pluralismo é o principal legado desde debate: há uma variedade de abordagens teóricas, incluindo contributos inovadores europeus, e uma agenda de investigação abrangente que exige programas de colaboração interdisciplinares. Desde o alargamento ao aprofundamento, do racionalismo ao interpretativismo, do realismo aos estudos feministas, novos conceitos, sujeitos e objectos surgiram num campo rotulado como uma das sub-disciplinas mais dinâmicas na área das Relações Internacionais. O objectivo desta comunicação é mapear os principais debates contemporâneos e avanços no campo dos estudos sobre segurança e discutir as suas implicações para a formulação de políticas.

Ana Paula Brandão – Professora de Relações Internacionais da Universidade do Minho. Investigadora do Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI). Investigadora responsável do projecto PTDC/CPO/64365/2006 (FCT). Directora do Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais e do Mestrado em Estudos Europeus. Coordenadora da Rede Portuguesa de Estudos de Segurança (PT-SSN).

Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de investigação dos Estudos de Segurança

Ana Paula Brandão

Resumo Analítico

O fim da Guerra Fria estimulou o debate sobre a segurança, como conceito, como disciplina e como política. E se num primeiro momento incidiu sobre a natureza da(s) ameaça(s), a discussão rapidamente se estendeu ao(s) objecto(s) referencial(ais) e ao(s) provedores(es) da segurança. O Realismo manteve-se como paradigma dominante durante a Guerra Fria: o Estado como objecto e provedor da segurança contra ameaças militares de fonte e alvo estadual. O complexo ambiente da década de 90, caracterizado por ameaças multidimensionais e pela multiplicidade de actores, incluindo os não estatais, desafiou o monopólio do paradigma estatocêntrico. Volvidas duas décadas, impõe-se o legado do pluralismo: diversidade de abordagens teóricas, incluindo contributos europeus inovadores, combinada com uma agenda de investigação abrangente que exige programas colaborativos e interdisciplinares. Do alargamento ao aprofundamento, do racionalismo ao interpretativismo, do Realismo aos Estudos Críticos, novos conceitos, sujeitos e objectos emergiram numa subdisciplina considerada das mais dinâmicas no domínio das Relações Internacionais. O objectivo da comunicação é mapear os principais debates e desenvolvimentos hodiernos dos Estudos de Segurança.

Abstract

Twenty years after: mapping the theoretical landscape and the research agenda of security studies

The end of the Cold War stimulated the debate about security (as a concept, as a discipline and as a policy). Although one started by discussing the nature of the threat(s), the debate quickly evolved towards the reference object(s) and the provider(s) of security. Realism prevailed as the central paradigm during the Cold War: the state was the referent object and the security provider against military threats from state source and with a state target. The complex and diffuse security environment of the 90's characterised by multidimensional threats, and non states actors, not only as threats sources but also as security suppliers, challenged the monopoly of the statecentric paradigm. After twenty years, pluralism is the main legacy of the debate: there is a variety of theoretical approaches, including innovative European inputs, and a comprehensive research agenda that demands interdisciplinary collaborative programs. From enlargement to deepening, from rationalism to interpretativism, from Realism to Critical Studies, new concepts, subjects and objects emerged in a field that is labelled as one of the most dynamic sub-disciplines within International Relations. The purpose of paper is to map the main contemporary debates and developments in the field of the security studies

A centralidade do conceito de segurança é o que distingue os Estudos de Segurança (ES) das disciplinas que os precederam (Estudos da Guerra, Estudos Estratégicos, História Militar, Geopolítica).

‘Segurança’ é um termo poderoso (Sheehan 2005) cuja utilização tem consequências. “No other concept in international relations packs the metaphysical punch, nor commands the disciplinary power of ‘security’” (Der Derian 1995, 24-25). É um conceito ambíguo (Wolfers 1962), contestado (Buzan 1991; Booth 2005), hifenizado (Buzan e Hansen 2009), com fortes implicações políticas e ideológicas (Buzan 1991; Dalby 1991; Thomas 1992). Características que remontam às origens do conceito, justificadas pela “natureza esquivada do fenómeno que procura descrever” e pelos “esforços de diversos utilizadores no sentido de fixar e atribuir significados para os seus próprios fins” (Der Derian 1995, 28).

Apesar de nuclear para os ES, o significado do conceito foi assumido acriticamente durante a Guerra Fria, isto é, não problematizado por aqueles que o utilizavam (Buzan 1991), o que justifica a adjectivação de conceito negligenciado (Baldwin 1997). O facto de o seu significado ter sido tomado como garantido num contexto em que dominava o paradigma realista e a investigação empírica (Buzan e Hansen 2009), em detrimento da teorização, concorreu para o silêncio conceptual.

O fim da Guerra Fria estimulou o debate sobre a conceptualização da segurança. E se num primeiro momento a reflexão incidiu sobre a natureza da(s) ameaça(s), rapidamente se estendeu ao(s) objecto(s) referencial(ais) e ao(s) provedores(es) da segurança. O principal legado do debate foi o pluralismo teórico, metodológico e temático que hoje pauta a agenda de investigação dos Estudos de Segurança. Do alargamento ao aprofundamento, do racionalismo ao interpretativismo, do Realismo aos Estudos Críticos, novos conceitos, novas abordagens e novas temáticas emergiram, rompendo os silêncios teóricos, metodológicos e temáticos do período da Guerra Fria, pelo que hoje os Estudos de Segurança se afirmam como uma das subdisciplinas mais dinâmicas das Relações Internacionais.

Segurança e Realismo

No espectro teórico das Relações Internacionais, o paradigma realista afirma-se incontornavelmente como referenciador de toda e qualquer teorização sobre a realidade internacional: o “realismo pode ser justamente considerado a teoria dominante na história das Relações Internacionais” (Hollis e Smith 1990, 27).

A longevidade da imagem realista das relações internacionais pode ser explicada pela força de uma herança intelectual notável, pela consistência interna da construção teórica e pela sua proximidade à prática política (Viotti e Kauppi 1993, 61). O eixo do paradigma é o Estado: ele é o actor, detém o poder, define os interesses da colectividade, faz a guerra, assina os tratados. A guerra e a paz estão nas suas mãos. Assim, as questões de segurança são consideradas temas de *high politics*, dominando a agenda nacional e internacional.

A influência estadual na construção do conceito de segurança é evidenciada pelos estudos de Keith Krause (1996), James Der Derian (1995) e Helga Haftendorn (1991):

Com o nascimento do Estado-Nação no século XVII e o seu interesse na sobrevivência nacional, a segurança nacional tornou-se uma preocupação proeminente. Para acabar com «a guerra de todos contra todos» (Hobbes, 1651-1957) e assegurar o estado de paz interna, os cidadãos abdicam a favor de um soberano poderoso, que, por sua vez, promete o fim da guerra civil e religiosa. Na arena internacional, a luta coloca os Estados uns contra os outros. Ao sistema de Estados-Nação falta regras comuns e instituições de implementação da lei. A diplomacia e a guerra são os meios por excelência para promover as causas n

acionais; estadistas e diplomatas são os actores proeminentes; a guerra é a continuação da diplomacia por outros meios (parafrazeando Clausewitz, 1853-1863). Ao soberano, quer seja um príncipe de uma monarquia constitucional quer sejam os próprios cidadãos numa democracia, é-lhe confiado assegurar a paz interna e proteger a vida e a propriedade das pessoas contra qualquer ameaça estrangeira (Haftendorn 1991, 5-6).

Na “história do Realismo como um encontro histórico do medo e do perigo, com o poder e a ordem” (Der Derian 1995, 27), sobressai Hobbes como precursor da ciência da segurança¹. No pensamento hobbesiano, a segurança do indivíduo implica pela transferência de poderes para um poder colectivo superior: o Estado soberano. Da situação anárquica, contingente e desordenada, resulta a necessidade da territorialidade do Estado soberano, constituindo-se este no legítimo detentor dos instrumentos da violência organizada.

Com a Revolução Francesa, a segurança passa a ser entendida como uma condição do Estado, como um bem principalmente colectivo. A segurança é um objectivo do Estado, alcançado através de meios militares e diplomáticos. A segurança dos indivíduos fica, assim, subordinada à segurança do Estado. A tradução da Declaração dos Direitos do Homem elaborada por Thomas Paine e o Primeiro Tratado de Paz de Paris assinado pelos aliados vitoriosos com o rei de França antes do Congresso de Viena, representam respectivamente um dos últimos documentos imbuídos pela ideia individual de segurança e um dos primeiros documentos a consagrar a ideia estadual e militar de segurança (Rotschild 1995).

O Realismo consagra, no século XX, a concepção de segurança legada por Maquiavel, Hobbes e Clausewitz²: o Estado soberano, actor unitário, como objecto e provedor da segurança; a segurança nacional (defesa da soberania, da integridade territorial, dos valores e dos interesses dos Estado) como principal nível da segurança; a sociedade internacional anárquica (descentralizada, competitiva, sem autoridade supra-estadual) de onde decorrem as ameaças, como ambiente em que se desenvolve a problemática da segurança dos Estados; o conflito interestadual como tipo dominante de conflito; a força militar e a diplomacia como meios usados pelo Estado para providenciar pela sua segurança; a política de defesa como política de segurança político-militar em relação a ameaças externas; a separação entre segurança externa e segurança interna.

Dos contributos para a história do conceito – que está ainda por fazer – importa notar que o Estado soberano foi criado para garantir a segurança das pessoas, o que se traduziu, por um lado, na identificação da segurança destas com a segurança daquele e, por outro, na defesa da soberania como um dos objectivos primordiais da política de segurança.

Os Estudos de Segurança no período da Guerra Fria

Os Estudos de Segurança são uma criação ocidental (americana) e a sua história confunde-se inicialmente com a dos Estudos Estratégicos.

Após a II Guerra Mundial podemos identificar três fases na evolução dos ES (Baldwin 1995): o período que vai do pós-Segunda Guerra até aos meados dos anos cinquenta; o período áureo da teoria da dissuasão (1955-1965); e o período do declínio. Nas duas primeiras fases, os temas centrais de investigação são a questão nuclear e a dimensão militar das relações Leste-Oeste. No

¹ “A ironia, talvez mesmo a tragédia, é que ao constituir a primeira ciência da segurança, Hobbes deu um contributo singular para a eventual subversão dos fundamentos metafísicos da solidariedade” (Der Derian 1995, 30).

² Pesem embora os elementos identificados como constituintes (do núcleo duro) da conceptualização realista da segurança, cumpre notar que o Realismo é ‘plural’. James Der Derian (1995, 1) distingue “Realism. Historical, social, philosophical, political, economic, artistic, cinematic, literary, legal realism. Machiavellian, Hobbesian, Rousseauian, Heglian, Weberian, Kissengerian realism. Optimist, pessimist, fatalist realism. Naïve, vulgar, magical realism. Technical, practical, empirical realism. Classical and scientific realism. Minimalist, maximalist, fundamentalist, potentialist realism. Positivist, post-positivist, liberal, neo-liberal institutionalist, radical, radical interpretivist realism. Critical, nuclear, epistemic realism. Sur-, super-, proto-, anti-, neo-, post-realism. And now on your computer screens and supermarket tabloid racks, hyper-realism.”. De referir ainda outras distinções tais como: realismo doutrinário e realismo empírico (Fox); realismo utópico (Booth); realismo doutrinário e realismo racionalista (Barrea).

plano teórico, prevalecem o Realismo, a teoria da dissuasão e a teoria dos jogos. A questão central é a de saber como podem “os Estados utilizar armas de destruição massiva como instrumentos políticos, dado o risco de conflito nuclear” (Baldwin 1995).

O declínio do interesse pelos Estudos de Segurança nos anos 70 resulta da combinação de vários factores associados ao percurso científico precedente (preocupação excessiva com a guerra como problema da política nacional em detrimento das dimensões legal, ética e outras, preferência pela relevância política/ prática em detrimento da autonomia intelectual, incapacidade para criar uma nova geração de investigadores), a mudanças operadas no ambiente internacional (desanuviamiento nas relações Leste-Oeste e aparente redução do perigo nuclear, impacto da crise petrolífera e consciencialização e interesse crescente pela interdependência e pelas questões económicas, transnacionalismo), a problemas internos nos EUA (o impacto da guerra do Vietname) e ao interesse crescente pelos Estudos da Paz. Apesar da limitada inovação teórica, há que referir os frutos do debate sobre a dissuasão nuclear e o interesse pela relação entre interdependência e segurança internacional.

Com o reanimar do conflito entre as superpotências no início dos anos oitenta, desperta de novo o interesse pelos ES, sendo dada particular ênfase à dimensão internacional. Daí a designação de Estudos de Segurança internacional (*International Security Studies*). Para este ressurgimento contribuem também o fim da guerra do Vietname, o acesso acrescido a dados, a adopção das normas e objectivos das ciências sociais, o apoio financeiro da Fundação Ford (Walt 1991). Neste período assiste-se à renovação do debate sobre a teoria da dissuasão nuclear, à inclinação teórica e à sofisticação metodológica acrescidas, ao reexame da abordagem realista, a uma maior atenção conferida às dimensões histórica e psicológica, ao estudo dos aspectos de segurança associados à interdependência internacional. Mas apesar desses desenvolvimentos, a preocupação central permanece a mesma: “o uso dos meios militares para fazer face a ameaças militares” (Baldwin 1995, 125).

As críticas aos Estudos de Segurança remontam já aos anos sessenta. Elas surgem pela pena quer dos investigadores da paz, quer dos teóricos críticos: défice metodológico, compreensão limitada da política do mundo real (afirmava-se que o ‘Realismo’ oferecia uma visão simplificada da realidade), conduta não-académica (incompatibilidade entre integridade académica e remunerações de consultadoria aos governos) (Booth e Herring 1994, 11).

Na década de setenta, os autores críticos destacam a importância da interdependência e da dimensão económica e ecológica, questionando o acento dos Estudos Segurança sobre as dimensões nacional e militar da segurança. Nos anos oitenta e noventa, multiplicam-se as críticas teóricas e metodológicas e, com o fim da Guerra Fria, intensifica-se o debate sobre o futuro desta área de investigação .

“International Security Studies: A Report of a Conference on the State of the field” (1988) é a primeira tentativa de avaliação dos ‘Estudos de Segurança Internacional’³, feita com base na conferência que teve lugar em 1987, no Center for Science and International Affairs da Universidade de Harvard. O então presidente do corpo editorial da *International Security* e o editor executivo da mesma revista identificam os principais problemas da área (Nye e Lynn-Jones 1988): reduzida inovação teórica (o facto de se equacionar os Estudos de Segurança com os Estudos Estratégicos limita o âmbito da área de investigação e afasta-a do seu contexto político, económico e histórico); preocupação excessiva com questões correntes da política prática; politização dos trabalhos; etnocentrismo; pouca atenção dada às questões da segurança regional, da segurança económica e da política interna; carência de dados empíricos de qualidade.

Apesar das críticas, Walt (1991) reafirma a concepção de Estudos de Segurança como estudo da guerra, considerando que a inclusão dos fenómenos não militares considerando destrói a coerência intelectual da área e dificulta a busca de soluções para os problemas concretos. Na

³ Sobre os Estudos de Segurança Nacional, *vide* estudo realizado por Robert Jervis, Joshua Lederberg, Robert North, Stephen Rosen, John Steinbruner e Dina Zinnes - *The Field of National Security Studies: Report to the National Research Council*. Washington, D.C. 1986.

réplica a “The Renaissance of Security Studies”, Kolodziej (1992) critica a perspectiva restritiva de Walt (1991) porque centrada no Estado e na dimensão militar da segurança. Sustenta que os Estudos de Segurança não se devem confinar à análise da força e da violência, devendo integrar os resultados obtidos em disciplinas sobre o comportamento humano não violento. Considera, ainda, que é necessário explicitar os pressupostos normativos da investigação; ampliar o âmbito disciplinar e interdisciplinar; alargar as bases empíricas e históricas para evitar o etnocentrismo da análise; inverter a concepção segundo a qual a teoria valida a observação. Em suma, defende uma abordagem holística no que respeita quer aos temas de segurança internacional (dimensão geopolítica, dimensão socioeconómica, estabilidade e legitimidade interna), quer aos níveis de análise (Estados, sociedades civis económicas e domésticas).

Os Estudos de Segurança no pós Guerra Fria

O vazio deixado pelo fim da ameaça soviética intensifica a reflexão sobre a segurança como conceito, como disciplina e como política, multiplicando-se as vozes em defesa de uma nova forma de pensar as relações internacionais superadora do sistema de Estados westfaliano, da ética maquiavélica e da filosofia da guerra clausewitziana. “No mundo do pós-Guerra Fria as fronteiras desenhadas entre Estados, entre Estados e sociedade civil, e entre áreas funcionais tais como política, economia, e cultura estão a cair. (...) Concepções de segurança vigentes centradas no Estado e orientadas para o exterior são inadequadas para capturar a complexidade das novas e multifacetadas relações internacionais” (Vayrynen 1995, 259).

Aos contributos das décadas precedentes que valorizavam a interdependência e a dimensão cooperativa da segurança, os anos noventa acrescentam a generalização do debate, a diversidade de perspectivas críticas, o estudo da construção do(s) conceito(s), e a proposta dos conceitos de segurança societal e de segurança humana. As vozes multiplicam-se na defesa do alargamento e/ou do aprofundamento da segurança, bem como na análise dos mecanismos do discurso securitário, desdobrando a pergunta ‘o que é a segurança’ em ‘segurança de quem’, ‘segurança de quê’, ‘segurança com que meios’, ‘quem securitiza’, ‘como securitiza’.

O alargamento traduz-se na assumpção da multisectorialidade da segurança sistematizada por Barry Buzan em *States, People and Fear*: segurança política; segurança militar; segurança económica; segurança ambiental; segurança societal (Buzan 1991; Waever et al. 1993; Buzan, Waever e Wilde 1998; Collins 2007). “A crescente interdependência do mundo, designadamente como resultado do desenvolvimento nos transportes, nas comunicações, no processamento de dados e nas tecnologias, criou novas oportunidades para a humanidade, mas também tornou o mundo mais complexo e vulnerável” (Fischer 1993, 167).

O debate sobre a natureza da ameaça e sobre os meios mais adequados para lutar contra ameaças complexas, conduz ao questionamento sobre o objecto e o actor da segurança. A dimensão multinível é evidenciada pelos proponentes da segurança da humanidade (segurança global), da segurança dos grupos (segurança societal) e da segurança individual (segurança humana), no “mundo onde, cada vez mais, indivíduos e comunidades enfrentam ameaças sem inimigos, onde muitas destes agentes, forças e ideias políticas habituais nos dois últimos séculos não podem garantir a segurança” (Prins 1994). Uma linha mais crítica chega a questionar a viabilidade do Estado como comunidade política (Lipschultz 1995, Booth 2005), sustentando que para reformulação positiva do termo não basta superar a sua formulação negativa nem pugnar pela sua extensão, mas reflectir sobre “o que pode significar segurança sem Estados” (Dalby 1991).

Aos dois eixos do debate - alargamento (sectores de segurança) e aprofundamento (objectos e sujeitos de segurança) - deve ser acrescentado um terceiro relativo ao *nexus* entre as dimensões interna e externa da segurança: insegurança interna de origem externa; insegurança internacional de origem interna; actividades ilícitas transfronteiriças; interdependência entre

ameaças (“ameaças dinâmicas); transformação da violência política pelo duplo processo de criminalização da guerra e organização do crime como uma forma de guerra (Bigo 2006).

Da busca de resposta às múltiplas perguntas suscitadas pelo debate, resulta o pluralismo: teórico – da mera a migração dos quadros teóricos das Relações Internacionais (realismo, institucionalismo liberal) aos contributos autónomos europeus (“Escola de Copenhaga”, “Escola de Aberystwyth”, “Escola de Paris”), passando pelo cruzamento com outras áreas científicas tais como a Ciência Política (governança da segurança) e a Sociologia; metodológico – do racionalismo ao interpretativismo; temático – alargamento da agenda de investigação a diferentes tipos de ameaças e de problemas de segurança, de actores e de objectos de segurança. A descentragem em relação ao Realismo contribuiu para o fim de silêncios conceptuais, teóricos e temáticos, suscita nexos (segurança externa/segurança interna, segurança/identidade, segurança/desenvolvimento, segurança/humanitarismo), e potencia a interdisciplinaridade (Antropologia, Sociologia, Economia Política, Ciência Política, Estudos do Nacionalismo, Ciências do Ambiente, Ciências da Saúde, Direito Penal, Direito Internacional, Ciências Policiais e Segurança Interna...)

A título ilustrativo, segue-se uma síntese de algumas linhas de investigação que têm contribuído para o fim dos silêncios (teóricos, metodológicos e temáticos) que pautaram agenda dos Estudos de Segurança no período da Guerra Fria

Securitização

Os pós-modernistas incidem sobre a linguagem, o discurso e o acto discursivo (*speech act*) que nos prendem a um determinado significado e a uma determinada lógica de segurança. Analisam a segurança como um fenómeno intersubjectivo: a segurança é um conceito socialmente construído; os conceitos de segurança decorrem das práticas discursivas. A pergunta não é tanto ‘o que é a segurança?’ mas ‘como é construído conceito?’ Os autores partem de métodos interpretativistas, segundo os quais o nosso conhecimento (dos problemas, estruturas e práticas) não é objectivo. O fim não é a previsão nem encontrar explicações (causais) transhistóricas e generalizáveis, mas a compreensão contextualizada e o conhecimento prático do fenómeno.

A Escola de Copenhaga (EC) emerge na década 80 como um esforço alternativo (e europeu) no debate polarizado entre defensores do conceito restrito de segurança e os defensores de um conceito amplo de segurança. Propõe que se comece por clarificar o conceito de segurança, isto é, interpretar o significado do ‘nome’ antes de ‘adjectivá-lo’. A incidência sobre a interpretação do significado da segurança, isto é, sobre qual é a especificidade dos problemas de segurança, decorre assim da preocupação com as consequências do alargamento do conceito. Considerando que a segurança diz respeito à sobrevivência do actor, compreende-se que o discurso securitário se caracterize pelo dramatismo que decorre da ameaça percebida como existencial. Do dramatismo decorre a prioritarização do assunto na agenda política, a actuação urgente e o recurso a meios extraordinários. A securitização é, portanto, a “versão extrema da politicização”: “‘Security’ is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above normal politics” (Buzan, Waever e Wilde 1998, 23). Assim, um assunto é securitizado quando é apresentado como uma ameaça existencial. A análise deve debruçar-se não sobre se a ameaça é ou não real (dimensão objectiva), ou sobre a percepção individual da ameaça (dimensão subjectiva), mas sobre os processos de securitização: quem, como, quando, porquê e com consequências um assunto é securitizado. Contrariando a perspectiva realista, de acordo com a qual “quanto mais segurança, menos insegurança” ou “quanto mais segurança, melhor”, Ole Waever defende a des-securitização dos problemas, considerando os riscos anti-democráticos que podem advir do tratamento de excepcionalidade associado à securitização

A EC tem o mérito de ser um contributo europeu, descentrado das teorias das relações internacionais, que alerta para as implicações do alargamento acrítico do conceito de segurança e inerente responsabilidade do agente securitizador dos problemas.

Segurança e PVD's

O estudo da segurança dos países em vias de desenvolvimento evidencia as limitações da abordagem realista da segurança quando aplicada a realidades estaduais não consolidadas, designadamente no que diz respeito à importância dada à defesa das fronteiras territoriais e dos valores fundamentais do Estado, ao Estado como unidade política homogénea, à anarquia internacional e ao dilema de segurança. Os autores destacam a importância da dimensão interna da segurança, das dimensões não-militares da segurança (económica, ambiental), da segurança dos cidadãos versus segurança do Estado: “[D]o ponto de vista do Sul, a definição de segurança do Norte foi vista como sinónimo da preservação da hegemonia dos Estados Unidos, da segurança do Ocidente, e dos interesses do capitalismo internacional” (Tickner 1995, 179).

De referir ainda o contributo dos Estudos de Segurança Pós-coloniais que também criticam a centralidade ocidental e estadual dos ES defendendo uma teorização que incorpore a história colonial bem como o processo de edificação estadual específico dos PVD (Buzan e Hansen 2009).

Segurança Humana

A década de 90 redescobriu a centralidade da pessoa humana: “o ser humano está no centro de tudo. O próprio conceito de soberania nacional foi concebido para proteger o indivíduo, que é a razão de ser do Estado, e não o inverso. Já não é aceitável ver governos a desrespeitar os direitos dos seus cidadãos sob pretexto de soberania” (Kofi Annan 1999)⁴.

O termo ‘segurança humana’ foi consagrado oficialmente pelo Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o qual propunha a substituição da abordagem tradicional da segurança estadual, nacional, territorial e militar, por uma nova abordagem assente na segurança das pessoas, na universalidade, transnacionalidade e diversidade das ameaças e na interdependência dos componentes da segurança (económica, alimentar, ambiental, sanitária, pessoal, comunitária e política).

A concepção ampla de segurança humana parte donexo entre segurança e desenvolvimento, pelo que não se limita à ameaça de violência, abarcando todas as ameaças que atentam contra a sobrevivência, a vida quotidiana e dignidade das pessoas. Assim, segurança significa “freedom from want, freedom from fear and freedom to take action on one's own behalf” (Commission on Human Security 2003). Numa aceção mais restritiva, Sverre Lodgaard (2000, 8) confina-a à “freedom from fear of man-made physical violence, also referred to as direct personal violence”, excluindo, portanto, quer as condições que ameaçam a segurança humana quer os desastres naturais.

Identidade e Segurança Societal

Com excepção de alguns estudos marginais, pode afirmar-se que a identidade esteve ausente dos estudos de segurança antes da década de 90.

O interesse pelas questões de identidade foi, desde logo, suscitada pela proliferação de conflitos intra-estaduais no pós Guerra Fria. A complexidade deste tipo de conflitos tem fomentado a investigação interdisciplinar, com contributos da sociologia política, da filosofia política, da antropologia e dos estudos sobre o nacionalismo.

Um segundo contributo veio pela mão da “Escola de Copenhaga”. Ole Waever parte da concepção de sociedade como um “agrupamento de instituições ligadas por um sentimento de identidade comum” (Giddens *apud* Waever et al. 1993, 21), sendo que a identidade societal difere de outros tipos de identidade pela robustez da sua construção, pela sua abrangência e pela capacidade de competir com o Estado territorial como princípio de organização política. A segurança societal diz assim respeito à salvaguarda da identidade societal, à capacidade da colectividade manter o seu carácter essencial – os seus modelos tradicionais de linguagem

⁴ *Apud* Charles-Philippe David. 2000. *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e Estratégia*. Lisboa: Instituto Piaget: 80.

cultura, associação, costume, identidade religiosa e nacional - em contexto de mudança e ante ameaças possíveis ou actuais. Esta abordagem introduz as categorias de identidade, nação e nacionalismo na teorização da segurança; contribui para um aprofundamento ao considerar o nível dos grupos e indivíduos; desconstrói a ideia de que segurança do Estado é igual a segurança da sociedade.

Uma terceira linha de investigação analisa onexo entre segurança e identidade considerando que ambas são socialmente construídas, co-constitutivas, numa relação que é positiva – a identidade como fonte de segurança (Bilgin 2010).

Segurança e género

Os estudos feministas consideram que “expor as relações de desigualdade sexual e incluir as experiências femininas nas análises da segurança pode ajudar a construir a definição mais ampla de segurança que muitas das críticas contemporâneas buscam”(Tickner 1995, 190). Defendem, por isso, um conceito multidimensional que inclui a emancipação da violência física e da violência estrutural. Ao estudarem a vulnerabilidade feminina em termos económicos e em relação à degradação ambiental, destacam outras dimensões da segurança. Ao relevar a multiplicidade de inseguranças a que estão sujeitas as mulheres no mundo, estes estudos apontam não só para um conceito multidimensional, mas também para um conceito multinível, designadamente ao colocar o acento na segurança da pessoa. Estas análises levantam também questões sobre as identidades políticas e sobre uma abordagem de exclusão da segurança, uma vez que põem em causa as identidades construídas com base na desigualdade sexual e na ideia de dominação/ subordinação. Um quarto contributo diz respeito ao questionar da visão centrada no Estado, ao sublinharem a interacção entre a violência física em todos os níveis da sociedade e os problemas globais. Apesar de os estudos privilegiarem o tema das mulheres como vítimas da guerra, a agenda de investigação mais recente tem também analisado a questão das mulheres como agressoras (Wibben 2010).

Armas ligeiras

Descentrando das Armas de Destruição Massiva, esta nova linha de investigação questiona a forma como os Estudos de Segurança abordam a violência e as armas: evidencia a inadequação de equacionar violência armada apenas com guerra, ao demonstrar que a maioria das vítimas da violência armada morrem ou são feridas em contextos de não-conflito; esbate as fronteiras entre violência política e violência não-política (‘político’ não significa apenas o uso da violência para fins políticos, mas também a forma como as fronteiras do político são usadas para classificar a violência como criminal, política ou para lá do político); demonstra que o Estado, detentor do uso massivo da força e da repressão, nem sempre possui o monopólio dos instrumentos da violência ordinária (Krause 2010).

Estudos de Segurança: desafios e dilemas

Qual o impacto do 11/09?

A natureza transnacional da ameaça suscitou a investigação sobre a relação entre segurança interna e a segurança externa (Eriksson e Rhinard 2009; Bigo 2006) e sobre os actores estaduais como fontes de insegurança. Em sentido inverso, a resposta à ameaça, significou o retorno do Realismo - políticas que reforçam as fronteiras (físicas, biométricas e digitais) e o Estado como provedor de segurança, ataques territoriais, segurança militar.

Embora se tenha verificado a inevitável proliferação dos estudos sobre o terrorismo, diferentemente do período da Guerra Fria, a agenda de investigação não ficou subordinada ao fenómeno. Apesar do efeito devastador dos ataques terroristas e das consequências das respostas aos mesmos, o terrorismo não prevaleceu como metafenómeno (Buzan e Waeber 2009), nem foi

afectado o pluralismo teórico, metodológico e temático que hoje caracterizam os Estudos de Segurança.

Diversidade vs fragmentação

O pluralismo conduziu a demarcações intradisciplinares (*traditionalists versus widener/deepeners*; positivistas *versus* interpretativistas) que potenciam o risco de fragmentação. Para evitar a “torre de babel” (Kolodziej 2005), importa promover o diálogo e desenvolver projectos colaborativos entre as diferentes perspectivas no seio dos Estudos de Segurança. Reconhecida a necessidade de interdisciplinaridade, também se impõe a intradisciplinaridade.

Teoria vs. prática

Durante a Guerra Fria, particularmente nos EUA, os Estudos de Segurança foram objecto de crítica pelo facto de a investigação estar ao serviço da validação e legitimação das políticas de segurança implementadas pelo Estado. Actualmente, assiste-se a um distanciamento entre teoria e prática, pelo que “as batalhas científicas que têm lugar nos periódicos científicos não são atractivos para a elite política e tornaram-se incompreensíveis para a sociedade em geral” (Paulaskas 2010). Sem pôr em causa o imperativo de autonomia da ciência em relação à política, os Estudos de Segurança não devem negligenciar o desenvolvimento de investigação relevante e o diálogo entre ‘teóricos’ e ‘práticos’.

Localização dos Estudos de Segurança

Graças ao contributo autónomo europeu, hoje os Estudos de Segurança já não são uma ‘ciência americana’. A crescente relevância de novas linhas de investigação desenvolvidas por diferentes estudos de área contribuirá para que os ES deixem também de ser uma ‘ciência ocidental’.

Em termos disciplinares, os Estudos de Segurança, por alguns considerados em tempos um subcampo dos Estudos Estratégicos, consolidaram a sua posição no seio das Relações Internacionais e conheceram uma nova projecção graças ao esforço de clarificação conceptual e de teorização, ao dinamismo de uma agenda de investigação expansiva e ao pluralismo teórico, metodológico e temático. Considerando as dinâmicas de externalização e internalização, pode questionar-se se os ES devem continuar dentro das fronteiras das Relações Internacionais.

Considerações Finais

“We live in an era of questions marks about world security” (Booth 2005)

As últimas duas décadas dos Estudos de Segurança tiveram o mérito de multiplicar as interrogações e assim questionar o estabelecido. Em tempo de mutação acelerada e conseqüente imprevisibilidade, alertou-nos para as conseqüências associadas à sobrevalorização um tipo de ameaça em detrimento de problemas de (in)segurança menos visíveis; à securitização simplificador na busca de preenchimento de vazios deixados pelo fim da ameaça que formatou as políticas na ordem bipolar; às respostas que incidem sobre os sintomas em detrimento das causas estruturais desses problemas.

Do questionamento do realismo resultou o pluralismo (teórico, metodológico, temático), pelo que deixou de haver “respostas predefinidas para perguntas 1predefinidas” (Booth 2005, 3). Concluída a fase de desmultiplicação das perguntas, encontra-se a comunidade científica na encruzilhada da busca de respostas relevantes para a formulação e implementação de políticas. Mesmo aqueles que caracterizam a “segurança como uma torre de babel”, e reafirmam a centralidade do Estado enquanto “unidade principal da organização política das populações do mundo” e “repositório do monopólio da violência legítima” (Kolodziej 2005, 26), reconhecem que as diversas escolas de pensamento têm algo a dizer.

Finalmente, vale a pena recordar que os debates no âmbito dos Estudos de Segurança se inserem num contexto internacional marcado por profundas mudanças e inerentes incertezas, bem como num contexto científico mais amplo: “[O]s estudantes (...) podem retirar algum conforto do facto de que as incertezas no seu subcampo são apenas o reflexo das incertezas na área da política internacional como um todo, as quais são, por sua vez, reflexo das incertezas de toda a ciência social ocidental” (Booth e Herring 1994, 11).

Bibliografia

- Baldwin, David A. 1997. "The Concept of Security". *Review of International Studies* 23 (1): 5-26.
- _____. 1995. "Security Studies and the End of the Cold War". *World Politics* 48 (1): 117-141.
- Bigo, Didier. 2006. "Internal and External Aspects of Security". *European Security* 15 (4): 385-404.
- Bilgin, Pinar. 2010. "Identity/Security". In *The Routledge Handbook of New Security Studies*, ed. J. Peter Burgess. Oxon: Routledge: 72-80.
- Booth, Ken, ed. 2005. *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder/London: Lynne Rienner Publishers.
- Booth, Ken, e Eric Herring. 1994. *Keyguide to Information Sources in Strategic Studies*. London: Mansell.
- Buzan, Barry. 1991. *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in Post Cold War Era*. New York: Harvester and Wheatsheaf.
- Buzan, Barry, e Lene Hansen. 2009. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, Barry, e Ole Waever. 2009. "Macrosecuritisation and Security Constellations: Reconsidering Scale in Securitization Theory". *Review of International Studies* 35 (2): 253-276.
- Buzan, Barry, Ole Waever e Jaap de Wilde. 1998. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder/London: Lynne Rienner Publishers.
- Collins, Alan, ed. 2007. *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Commission on Human Security. 2003. *Human Security Now: Protecting and Empowering People*. New York: Commission on Human Security.
- Dalby, Simon. 1991. *Rethinking Security: Ambiguities in Policy and Theory*. Camberra: Peace Research Center.
- Der Derian, James. 1995. "A Reinterpretation of Realism: Geneology, Semiology, Dromology." In *International Relations Theory: Critical Investigations*, ed. James Der Derian. Houndmills: MacMillan: 363-396.
- Eriksson, Johan, e Mark Rhinard. 2009. "The Internal—External Security Nexus". *Cooperation and Conflict* 44 (3): 243-267.
- Fischer, Dietrich. 1993. *Nonmilitary Aspects of Security: A Systems Approach*. Aldershot: Dartmouth, UNIDIR.
- Haftendorn, Helga. 1991. "The Security Puzzle: Theory-Building and Discipline-Building in International Security". *International Studies Quarterly* 35(1): 3-17.
- Hollis, Martin, e Steve Smith. 1990. *Explaining and Understanding International Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- Kolodziej, Edward A. 2005. *Security and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1992. "Renaissance in Security Studies? Caveat Lector". *International Studies Quarterly* 36 (4): 421-438.
- Krause, Keith. 2010. "Instruments of Insecurity: Small Arms and Contemporary Violence". In *The Routledge Handbook of New Security Studies*, ed. J. Peter Burgess. Oxon: Routledge: 27-38.

- _____. 1996. "Insecurity and State Formation in Global Military Order: the Middle Eastern Case". *European Journal of International Affairs* 2 (3): 319-354.
- Lipschultz, Ronnie, ed. 1995. *On Security*. New York: Columbia University Press.
- Lodgaard, Sverre. 2000. "Human Security: Concept and Operationalisation", paper presented at the Expert Seminar on Human Rights, Geneva. Disponível em: www.hsph.harvard.edu/hpcr/events/hsworkshop/lodgaard.pdf.
- Nye, Joseph S., e Sean M. Lynn-Jones. 1988. "International Security Studies: A Report of a Conference on the State of the Field". *International Security* 12 (4): 5-27.
- Prins, Gwyn. 1994. "Notes towards the Definition of Global Security. Global Security Programme". Occasional Paper 6, University of Cambridge, Cambridge.
- Rotschild, Emma. 1995. "What is Security?". *Daedalus* 124: 54-98.
- Sheehan, Michael. 2005. *International Security: An Analytical Survey*. London: Lynne Rienner.
- Thomas, Caroline. 1992. "The Third World Security." In *International Security in the Modern World*, eds. Roger Carey e Trevor C. Salmon. New York: St. Martin's Press.
- Tickner, J. Ann. 1995. "Revisioning Security". In *International Relations Theory*, eds. Ken Booth e Steve Smith. Cambridge: Polity University Press: 175-197.
- Viotti, Paul R., e Mark V. Kauppi. 1993. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism*. 2ª ed. New York: MacMillan.
- Vayrynen, Raimo. 1995. "Concepts of Security Revisited" (Book Review). *Mershon International Studies Review* 39 (suppl. 2): 259-262.
- Walt, Stephen. 1991. "The Renaissance of Security Studies". *International Studies Quarterly* (2): 211-239.
- Waever, Ole, et al. 1993. *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. London: Pinter.
- Wibben, Annick T. R. 2010. "Feminist Security Studies". In *The Routledge Handbook of Security Studies*, eds. Myriam Dunn Cavelty e Victor Mauer. Oxon: Routledge: 84-94.
- Wolfers, Arnold. 1962. *Discord and Collaboration: Essays on International Politics*. Baltimore: The Johns Hopkins Press.